

Produto 1: Sistematização das informações produzidas durante a realização do Diálogo Talanoa Brasil

Consultora: Marcela Cardoso Guilles da Conceição

Brasília, 28 de setembro de 2018

Contextualização

Durante a COP 15 realizada em Copenhagen, o governo brasileiro assumiu um compromisso nacional voluntário de redução de emissão de gases de efeito estufa junto ao secretariado da UNFCCC. Este compromisso prevê a redução entre 36,1 e 38,9% das emissões projetadas até 2020. Tal compromisso foi internalizado por meio da Lei nº 12.187 que instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC). A fim de alcançar essa redução de emissão foram criados os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, que engloba diversos setores da economia, como: agricultura, indústria, energia, resíduos, dentre outros. Os planos setoriais visam implementar tecnologias que contribuam para a mitigação da mudança do clima.

Com o objetivo de estreitar ainda mais o compromisso do Brasil no combate à mudança do clima, durante a COP 21 realizada em Paris, foi assinado o Acordo de Paris. Com a assinatura deste Acordo, o Brasil apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). A NDC brasileira prevê a redução das emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma redução subsequente ainda maior de 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Sendo assim, o Brasil se comprometeu, por exemplo, em aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética, dentre outras ações.

Porém, o Acordo de Paris só entra em vigor em 2020. Sendo assim, durante a COP 23, realizada na Alemanha, foi criado o Diálogo de Talanoa, cujo objetivo é incentivar os países signatários da UNFCCC a reforçar seus compromissos para frear o aquecimento global, durante o período que antecede o ano de 2020. O Diálogo de Talanoa consiste numa plataforma internacional, onde todos os países podem expor suas ações para combater a mudança do clima e assim, poder trocar experiências.

“Talanoa é uma palavra usada para refletir um processo de diálogo inclusivo, participativo e transparente, em Fiji e outras ilhas do Pacífico. O objetivo da Talanoa é compartilhar histórias, construir empatia e tomar decisões sábias para o bem coletivo. O processo de Talanoa envolve o compartilhamento de ideias, habilidades e experiências através da narrativa.”

No Brasil, esse processo de diálogo inclusivo começou com no dia 02 de agosto de 2018, num evento chamado Diálogo Talanoa Brasil, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e das Relações Exteriores (MRE), com apoio do Banco Mundial. Esse evento ocorreu no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e contou com a participação de mais de 30 representantes de diferentes setores (governo, setor privado, academia, sociedade civil e comunidades de assentamentos rurais).

Este produto visa sistematizar todas as experiências, dados e informações relatadas nesta reunião, a fim de subsidiar a participação do Brasil na COP 24, onde ocorrerá a rodada internacional do Diálogo de Talanoa.

A abertura do evento foi feita pelo Sérgio Besserman Viana, presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Durante sua fala, o pesquisador frisou que a meta de 2°C não será cumprida, pois como modelo de negócio, (metas de redução que possuem um custo e que não há punição caso a meta não seja atingida) não será possível cumprir a meta estipulada no Acordo de Paris. Além disso, o pesquisador falou da grave crise da biodiversidade e da perda dos serviços ecossistêmicos. O mesmo ressalta a grande lacuna de conhecimento sobre esse tema, pouco se sabe sobre a biodiversidade do planeta! E de qual é o custo de toda essa perda? Com isso o pesquisador fala da importância de apoio às pesquisas em biodiversidade e como elas estão ligadas as discussões sobre mudança do clima. Além de ressaltar a importância de conectar as pesquisas em biodiversidade com a mudança do clima e dar apoio à ciência e tecnologia.

O coordenador executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), Alfredo Sirkis, seguiu falando. Relatou que principalmente as pequenas ilhas, como Fiji, querem mais ambição no Acordo de Paris, por isso a criação do Diálogo de Talanoa. Porém, mesmo com a “modesta” meta do Acordo de Paris, o cumprimento desta meta pode não ser alcançado. De acordo com o Sirkis, a crescente onda de fascismo no mundo pode comprometer o cumprimento do Acordo. Além disso, o mesmo frisou a importância de observar o cumprimento de acordos anteriores à NDC, as NAMAS (pode-se não atingir a meta de redução do desmatamento na Amazônia) e de levar toda essa informação sobre os acordos climáticos aos atuais candidatos à presidência da república. A fim de que as ações de mitigação não sejam apenas descarbonizantes, mas que também façam sentido do ponto de vista econômico. Com isso o coordenador do FBMC finaliza com a indagação de algumas questões importantes relacionadas aos mecanismos de financiamento para mitigação e adaptação. Como será feito? Quais são os instrumentos disponíveis? Expectativa de que o Diálogo de Talanoa Brasil conseguirá auxiliar nessa discussão.

O Secretário Executivo, Romeu Mendes do MMA, seguiu relatando as ações e montantes até o momento disponibilizados pelo MMA em ações relacionadas à mudança do clima. Redução do desmatamento em todos os biomas brasileiros, a área de proteção ambiental foi dobrada, fortalecimentos dos mecanismos de combate ao desmatamento ilegal, com todas essas ações o Brasil teve a maior redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) do mundo. Frisou o compromisso e empenho do MMA em garantir recursos para a implementação de todas as ações de responsabilidade do ministério e mostrou que nesta última gestão houve crescimento orçamentário.

O Embaixador José Antônio relata que determinados países querem alterar as atuais regras das discussões climáticas. Diante disso, ele questiona sobre como cada país irá implementar suas metas? E trazendo esse questionamento para o Brasil, como faremos a implementação de nossas metas, quais são os mecanismos de governança (políticas públicas) que permitirão o atingimento dessas metas? Ressalta a importância do engajamento da sociedade e de todos os setores da economia, além da importância de que as políticas públicas e o engajamento da sociedade caminhem juntos para que possamos alcançar êxito. Falou sobre a importância de ‘interiorizar’ a questão climática em todos os setores da sociedade e em todos os países.

O Embaixador Reinaldo seguiu fazendo um breve relato sobre sua participação na discussão do Diálogo de Talanoa Global no âmbito da UNFCCC. Ele enfatizou a necessidade de cumprir a meta de 1,5°C e como se pretende chegar nessa redução, e que esse

diálogo não pode ser conflitivo e sim facilitador e construtivista. Falou sobre o site da UNFCCC para o envio das ações de todas as partes.

➤ Programa Minha casa, minha vida solar

O programa foi apresentado pela professora Elizabeth, coordenadora de estudos de energia do Centro Universitário UNA, e tem como objetivo usar energia solar fotovoltaica em projetos habitacionais de interesse social do Governo Federal (Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV). O programa beneficia diretamente a população de baixa renda, por meio da geração de energia renovável, limpa e de baixo impacto ambiental, nos telhados das residências e condomínios do MCMV.

A professora relatou que a tecnologia foi apresentada e oferecida num condomínio, coordenado por mulheres. Inicialmente houve forte resistência em aceitar a instalação dos aquecedores, devido à algumas crendices (água quente causaria câncer de pele). Foi necessária uma mudança de paradigma para o convencimento da comunidade. Além disso, houve projetos de capacitação de todos os agentes envolvidos (arquitetos, engenheiros, funcionários da Caixa), avaliação de satisfação dos usuários e se o processo foi feito corretamente.

Com o uso desta tecnologia foi possível reduzir em mais de 50% o uso de energia. Como o usuário destinou o dinheiro economizado? Reforma da casa (região sul e sudeste) e na alimentação (região norte e nordeste).

Aspectos positivos desta iniciativa: fácil replicação, efeito social e econômico forte.

➤ Energia Eólica

A Presidente Executiva da ABEEólica, Elbia, apresentou seus dados sobre energia eólica. Segundo ela para o setor de energia a meta acordada pelo Brasil poderia ter sido mais ambiciosa, visto que temos amplo “know-how” em energia renováveis. Políticas públicas no passado contribuíram para impulsionar o setor (ProInfra). Hoje este setor não precisa mais de subsídios do governo, pois está altamente competitivo, através dos leilões de energia competitivos. Atualmente a energia eólica é R\$ 40,00 mais barata que a energia proveniente de hidrelétrica, além de promover desenvolvimento econômico e social nos lugares onde a energia é produzida (Norte e Nordeste), que no Brasil são lugares de baixa renda. Elbia ainda frisou a importância de ter ocorrido no passado o pontapé político (subsídios, incentivos, investimento em ciência e tecnologia) para que hoje o setor fosse forte e competitivo. Ainda mais importante que isso, foi a mudança na contratação de energia feita pelo governo, que passou a comprar energia em leilões de energia renovável. Isso se tornou num grande exemplo de mercado, houve o desenho político, mas o mercado deu a resposta, se tornando autossuficiente.

➤ Uso de veículos em regime de rodízio na cidade de São Paulo

O Fábio Feldmann, consultor em sustentabilidade, apresentou o projeto de uso de veículos em regime de rodízio implementado na cidade de São Paulo. Este projeto surgiu devido à queda na qualidade de saúde na cidade, com aumento da taxa de mortalidade entre idosos e crianças. A solução encontrada foi reduzir a circulação da frota de veículos dentro da cidade e assim, reduzir a emissão de poluentes para a atmosfera. A população no início não aceitou a iniciativa e a prefeitura foi

intensamente criticada. O ponto negativo dessa iniciativa, para a população, foi a necessidade de mudança do comportamento das pessoas, fazendo com elas procurassem uma alternativa de meio de transporte. Com tempo a população foi aceitando e percebendo como essa mudança de hábito melhorou o congestionamento na cidade. Sendo assim, o rodízio, que inicialmente tinha um caráter ambiental, acabou se consolidando como um instrumento para reduzir o congestionamento dentro da cidade. Os principais obstáculos para implementação do sistema de rodízio foram o desejo pelo carro por parte da população e a falta de transporte público de qualidade. O Fábio destacou a necessidade de avaliar não só o campo da saúde e científico, mas também o campo simbólico, dos valores, pois isso que vai gerar mudança de comportamento.

➤ Defesa Civil e eventos climáticos extremos em Santa Catarina

O Frederico Rudorff, gerente de monitoramento e alerta da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC-SC), apresentou o projeto de prevenção contra desastres extremos no Estado de Santa Catarina. Destacou o amadurecimento do Estado na gestão de risco e atribuiu, em parte, à uma questão de sobrevivência, tendo em vista a ocorrência recorrente de desastres naturais no Estado, causando: mortes, paralização da zona portuária, prejuízos na infraestrutura, dentre outros impactos. Frisou também a necessidade de se avaliar quais os impactos, frequência e custos de possíveis desastres naturais (incêndio florestal, chuvas torrenciais, ondas de calor) causados por mudanças climáticas. Por conta de todo esse histórico o Estado de Santa Catarina, em 2008, criou um grupo técnico/científico para buscar ações que minimizassem os impactos causados por eventos extremos. Em 2011, o Estado junto com a JICA elaborou um projeto para mitigação de desastre (um dos maiores do Brasil). Isso foi feito através da melhoria na infraestrutura da região, como: construção e ampliação de barragens, diques, melhoramento fluvial. Além da criação de alertas e radares meteorológicos. Um outro ponto ressaltado foi o investimento em monitoramento e gestão de risco, com a criação do Centro de gerenciamento de risco e desastres, que integra ações de diferentes agências, relacionadas à mitigação e prevenção de desastres. Frederico destacou a importância da parceria com diferentes setores: diferentes esferas do governo, sociedade civil, academia e agências internacionais; para o sucesso da gestão de riscos, prevenção de desastres e planejamento territorial, além de planejamento orçamentário e financeiro.

➤ Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Raimundo Deusdará, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro do MMA começou dizendo que o sucesso do CAR se deu por ter sido um processo simples e do grande mapeamento feito até agora! Alguns pontos foram levantados, por Teodoro, para o alcance do sucesso: processo de cadastramento das propriedades rurais foi voluntário, simples, com uma aproximação amigável com o setor produtivo, divulgação informal, parcerias com diferentes agentes. Dois outros pontos importantes para o sucesso do cadastro foram: a articulação com os Estados e o retorno dos dados através de consulta pública. Esses dois pontos fizeram do CAR um instrumento de gestão territorial! Destacou que a negociação de um acordo com o SICOR, sistema de crédito do banco central, para liberação do crédito via CAR, o que irá permitir um maior detalhamento das propriedades no CAR. Tudo isso foi

feito com inteligência nacional, software livre e equipe experiente formada em universidade pública.

➤ Assentamento rural no Semiárido: Canindé de São Francisco

O Geodínio, representante da comunidade do assentamento de Canindé de São Francisco, destacou como a agricultura no sertão é sofrida e como o aumento da seca afeta drasticamente a produção, seu assentamento sofre com a queda na produção e contaminação dos lençóis freáticos. Foi destacado por ele, a parceria com diversas instituições (IBAMA, INCRA, ADEMA, SEMAR, MMA, PNUD, GEF) para uma produção mais sustentável. Para contornar essa realidade ele apresentou algumas ações que o seu assentamento está fazendo para diminuir a vulnerabilidade à mudança do clima: uso de cisternas, educação ambiental (diminuição de insumos químicos na agricultura), ecofogão, reflorestamento, manejo mais sustentável, construção de barragens em áreas com forte assoreamento e trabalho comunitário. Devido à essas ações, alguns resultados já estão surgindo: surgimento de novas nascentes. Ressaltou também a importância da agricultura familiar para manter as famílias no campo e na geração de emprego na região. Ele ainda destacou que com o apoio de políticas públicas pode haver melhorias na qualidade de vida da região.

A filha do Geodínio, Deiziane, seguiu falando sobre a importância de trazer os jovens para dentro do processo, da agricultura familiar! Ela destacou que projetos de educação ambiental foram importantes para manter os jovens no campo produzindo e sobretudo produzindo de forma mais sustentável. Ressaltando que os projetos foram fundamentais para garantir um manejo mais sustentável no assentamento, trouxe economia com uso dos fogões ecológicos e cisternas, por exemplo, garantiu segurança hídrica com o uso das cisternas e segurança alimentar com uma alimentação mais saudável. Além disso, com os projetos houve uma interação maior entre os assentados, principalmente entre os jovens.

➤ Biocombustível

O André Nassar, presidente executivo da Abiove, destacou a necessidade de ter uma política pública por trás, embora não precise de subsídio, para sinalizar para o setor de biocombustível que é possível e viável economicamente produzir. Falou da dificuldade de separar etanol e biodiesel do RenovaBio. Ressaltou que a meta da NDC para etanol não é fácil de cumprir, tendo em vista que o setor sucroalcooleiro já passou por experiências negativas no passado. Porém este setor não precisa de subsídio, pois já possui uma base produtiva consolidada. Ressaltou a necessidade de se definir quanto que se quer compensar as emissões proveniente da gasolina com etanol, o mesmo vale para o biodiesel. Quanto ao biodiesel, ele destacou que existe um limite na participação do etanol no biodiesel e esse aumento da participação tem que ser gradual, pois as matérias primas do biodiesel não são produzidas especificamente para produzir biodiesel. Uma saída para esses entraves é: diversificar a produção e a produção de etanol com milho. No entanto, é preciso aumentar a produção de milho sem aumentar as emissões. Isso pode ser feito com redução do uso de compostos nitrogenados no cultivo. Frisou que uma alternativa para reduzir as emissões seriam variedades que necessitem de menos compostos nitrogenados. Um outro ponto importante é diversificar na produção, melhor as práticas agrícolas, aumentar eficiência energética.

➤ Combate ao desmatamento

O Jair Schmitt, diretor do Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento destacou que o Brasil tem um caso de sucesso em reduzir emissões de GEE provenientes do desmatamento, por conta da redução do desmatamento da Amazônia. Porém, ainda existem desafios para se alcançar as metas já acordadas e consequentemente aumentá-las. Frisou que a redução de GEE provenientes da redução do desmatamento da Amazônia é o maior esforço de redução de emissão do planeta! Falou da importância da criação de políticas públicas como agente impulsionador e responsável pela iniciativa em reduzir e combater o desmatamento. O resultado deste processo é o PPCDAm que está em sua quarta fase! Foi destacado por ele alguns elementos de sucesso: aperfeiçoamento do monitoramento da cobertura florestal (trazer essa informação transparente, pública para a sociedade); investimento no controle de medidas coercitivas no combate ao desmatamento; criação de muitas Unidades de Conservação; envolvimento da sociedade e cadeia produtiva muito além de um plano de governo. Um dos principais desafios é demonstrar que a floresta em pé pode ser atrativa economicamente, exemplo: mesmo com a redução do desmatamento a produtividade na agricultura cresceu muito. Ou seja, promover desenvolvimento econômico mantendo a biodiversidade da floresta! Para conseguir isso é preciso vencer um grande obstáculo: como fazer que esses benefícios, promovidos pela manutenção da floresta, cheguem à todas as pessoas?

➤ Moratória da soja

O Paulo Adário, representante do Greenpeace e coordenador da Moratória da Soja, destacou que a Moratória é um exemplo de consenso é a única alternativa, de que sim, diálogos funcionam. No entanto, não excluí o conflito! Mencionou que outras entidades gostariam de ter participado desta reunião e que ele também considera isso importante para a discussão sobre mudança do clima. Ele falou como o desmatamento da Amazônia para o cultivo de soja começou e que esse processo gerou muitos conflitos na região. Destacou que seu principal obstáculo foi como pressionar o responsável pela compra da soja, produzida em áreas de desmatamento, a parar com essa prática. Tendo em vista, que era uma empresa de difícil acesso e que não vendia nenhum produto específico no mercado. Ao descobrir que o McDonald's era um dos seus principais compradores, foi possível pressionar esta empresa e outras empresas a não comprar produtos feitos soja proveniente de desmatamento na Amazônia. Com isso, foi possível dialogar com as empresas compradoras da soja, produtores, ONGs e movimentos sociais a entrarem num acordo e não comprar soja proveniente de desmatamento. Surgindo assim a Moratória da Soja! Porém, mesmo com a queda drástica do desmatamento a produção de soja cresceu acentuadamente. Ele destacou a importância da aliança com governos, acordo com compradores para não comprar soja da Amazônia, proveniente de desmatamento.

➤ IBAMA: conversão de multas

A Sueli, funcionária do IBAMA, falou sobre o uso das multas como forma de conseguir recursos para o meio ambiente, tendo em vista a enorme inadimplência dos autuados. A conversão permite ao autuado ter a multa substituída pela prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Essa conversão não desobriga o autuado do dever de reparar os danos decorrentes das infrações que resultaram na autuação. Este mecanismo já era usado no passado,

porém sem padrão, até ser suspenso. Depois foi melhor regulamentada e voltou a ser usada. Ressaltou que há duas modalidades de conversão: direta, com serviços prestados pelo próprio autuado, e indireta, em que o autuado fica responsável por cotas de projetos de maior porte, previamente selecionados por chamada pública coordenado pelo Ibama. Na direta, o desconto previsto no valor da multa é de 35%; na indireta, de 60%. Existe um interesse em priorizar os grandes projetos, por isso o desconto maior na indireta. A conversão de multas é permanente, sendo uma nova forma de conseguir recursos para o meio ambiente!

➤ Banco Pérola

A Bárbara, representante do Banco Pérola, apresentou o trabalho de financiamento do Banco Pérola para pequenos empreendedores. O banco é uma organização da sociedade civil de interesse público sem fins lucrativos. Sendo voltado para a concessão de crédito orientado, em especial para microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte. O banco faz a ponte entre pequenos empreendedores e possíveis investidores, através de associação de crédito, FIDC (fundo de investimento em direitos creditórios) com garantia compartilhada. Conforme aumento da necessidade do crédito, capacidade de pagamento e necessidade da empresa o valor do empréstimo, que começa com pequenos valores, passa ser aumentado. O banco é uma associação de crédito, que visa um impacto social maior que o impacto financeiro!

➤ Unidades de uso sustentável: RESEX

O Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), falou sobre o uso sustentável das florestas. Destacou que uso de unidades de conservação de uso comum foi principalmente uma questão de sobrevivência! Pois, o modelo implementado até então pelo INCRA não se aplicava aos povos da floresta. Esse modelo de unidade de conservação surgiu da necessidade de ver os povos que vivem na floresta de uma outra forma, de garantir que esses povos tirem seu sustento de acordo com sua cultura. Com isso surgem as unidades de conservação de uso comum, hoje 13% do território da Amazônia são de unidades de conservação de uso comum., porém ainda existem muitas áreas sem destinação, como as áreas de bacia. Essas áreas hoje são extremamente vulneráveis devido a intensa ação de garimpo e mineração e muito importante para segurança hídrica dos povos que vivem da floresta. Ele destacou a desconexão das políticas públicas e dos órgãos de governo com as necessidades desses povos, a importância de políticas públicas para manter os jovens na floresta e a necessidade de políticas de desenvolvimento. Frisou a falta de segurança da população e a permanente ameaça de madeiras ilegais sobre a população.

➤ Políticas de desenvolvimento

José Carlos Carvalho, consultor em meio ambiente e sustentabilidade, criticou a convicção e ressaltou a importância do diálogo para se buscar consensos. Ele expôs, com preocupação, a média de idade da população rural no Vale do Rio Doce mineiro e capixaba é de 60 anos e alertou para a dificuldade em manter os jovens no campo. Destacou a necessidade de ter olhar integrado para a gestão dos recursos naturais, devido a total interdependência entre os recursos naturais renováveis na natureza. Além disso, o engajamento da sociedade é extremamente importante para a

mobilização global e consequentemente garantir a todos as medidas necessárias para o desenvolvimento sustentável. Frisou também, a necessidade de definição dos meios de implementação das políticas públicas para que as metas acordadas possam ser cumpridas.

A partir deste ponto da reunião, foram apresentadas as iniciativas que podem responder à pergunta de, *Como chegaremos lá?*

➤ Programa Conservador de Água

Paulo Henrique, secretário de meio ambiente do município de Extrema (MG), apresentou o projeto Conservador de água. A Prefeitura de Extrema estabeleceu incentivos para o proprietário rural que preservar e conservar os mananciais, sob o princípio de que as boas práticas adotadas para melhorar a oferta e a qualidade dos recursos hídricos devem ser remuneradas como fator de estímulo e de renda. Frisou a necessidade de política pública e de como operacionalizar e dar escala para essas ações, sendo este um grande desafio. Ele ressaltou que fazer por municípios fica mais fácil, através da transformação dos planos de governo em políticas públicas locais, a nível municipal. Através do uso de pagamentos por serviços ambientais (PSA), foi possível aproximar os agricultores do processo, para que fosse possível adequar as propriedades rurais do ponto de vista ambiental. Foi a primeira lei no Brasil a pagar para os produtores que proovessem algum serviço ambiental em suas propriedades. O projeto começou com pouca infraestrutura e logística (um funcionário, uma mula e um fusca) e o pagamento foi feito para a restauração de áreas degradadas dentro das propriedades rurais. Parte dos impostos arrecadados são usados para neutralizar as emissões do município. O projeto possui hoje mais de 7 mil propriedades, garante a segurança hídrica da região, atraiu diversas empresas para a região. A venda de créditos de carbono também é feita para arrecadar recursos e novas empresas na região. O projeto também viabiliza a proteção de mananciais custeados pela indústria (usuário pagador), através da criação de arranjos econômicos para financiar áreas do projeto. O município usa parte dos impostos arrecadados, IPTU, IPVA e ISS, para neutralizar, respectivamente, as emissões provenientes da frota veicular, das residências e do setor comercial do município. Além da criação de políticas públicas para reduzir as emissões do município, como a neutralização das emissões dos empreendimentos do município serem parte integrante e condicionante do processo de licenciamento ambiental.

➤ Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável

A Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), falou sobre o uso de instrumentos para atingir a meta acordada em Paris. Especificamente a precificação do carbono, que deve ser colocada dentro da estratégia de negócio das empresas. Para isso é necessário conversas bilaterais, conversando caso a caso com as empresas; o processo tem que ser gradual, considerar o mercado offset de florestas, sem taxação inicialmente.

➤ RenovaBio

Carlos Alexandre, diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), falou sobre o RenovaBio, que é uma política de Estado que objetiva traçar uma estratégia conjunta para reconhecer o papel

estratégico de todos os tipos de biocombustíveis na matriz energética brasileira, tanto para a segurança energética quanto para mitigação de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. Para o setor energético as metas acordadas não são tão ousadas, muito por causa de políticas públicas feitas no passado de transição de matriz energética. Ressaltou o desafio de como garantir a geração renovável durante os períodos de intermitência inerente de cada matriz energética. E de como interligar todas as regiões do país, principalmente a região Norte. Destacou também que o país possui uma grande vantagem: diversidade de opções na nossa matriz energética.

➤ Frota veicular

Henry Joseph, representante da Anfavea, falou sobre a necessidade de inspeção de frota veicular e de renovação da frota. Destacou a programa PROCONVE (Programas de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores), que tem como objetivo reduzir e controlar a contaminação atmosférica e a emissão de ruído por fontes móveis (veículos automotores). Frisou novamente a importância da inspeção veicular, tendo em vista que não adianta o carro sair de fábrica com baixa emissão e alta eficiência se o usuário do veículo não mantiver isso. Disse que a programa InovarAuto, que visa tornar a frota mais eficiente e menos poluente, foi um importante indutor da ação para redução de GEE. Este programa foi um dos mais efetivos em redução de GEE e ganho de eficiência no mundo. Ressaltou que para a indústria do setor é melhor ter metas a longo prazo do que a cada 5 anos. E assim, poder juntar todos os programas relacionados e destinados a frota veicular para que a indústria possa implementar as ações que visem atingir à essas metas. Isso levou o setor a assumir a meta acordada em Paris através do Programa 2030, cujo objetivo é cumprir a meta acordada em Paris, nesse horizonte de longo prazo que é 2030, através de ações que visem reduzir a emissão de GEE. O programa prevê multas, perda da licença do fabricante caso as ações não sejam cumpridas. Além de aumento da eficiência energética, *road map* de segurança e etiquetagem veicular. Ressaltou a importância de já ter uma legislação regulamentada para o setor com meta estipulada e em consonância com outros programas do governo, como o RenovaBio. Além disso, essa regulamentação dá uma segurança jurídica para o setor e deixa o mesmo mais consciente de como deve ser a tecnologia a ser adotada.

Após a contação de histórias dos convidados, outros participantes do evento deram suas opiniões sobre o que foi apresentado até o momento.

José Miguez, diretor em Políticas de Mudança do Clima do MMA e integrante da UNFCCC, ressaltou que o uso de carros *flex fuel* e etanol foram responsáveis por parte das reduções de emissões. Destacou a importância do crédito de carbono, no âmbito do MDL, como agente redutor das emissões de GEE em diferentes setores da economia e como essas ações foram importantes para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde os projetos foram implementados. Além de possuir um grande diferencial por reduzir os custos de implementação das ações de redução de emissão de GEE. Destacou a enorme redução de GEE através de projetos de MDL no Brasil e mundo. Alertou para as atuais discussões sobre cada país querer ter sua própria regulamentação do mercado de carbono e das suas próprias ações para reduzir as emissões, e como isso pode ser confuso e perigoso.

Thelma Krug, pesquisadora do INPE e vice-presidente do IPCC, disse que talvez o sucesso do Acordo de Paris se deva pela liberdade dada a cada país para fazer e reportar suas ações de redução de emissão. A pesquisadora relatou que o estabelecimento da meta de 1,5°C foi decorrente da forte pressão das pequenas ilhas, que serão as mais afetadas com o aumento de 1,5°C. Por isso, a pedido desse grupo, o IPCC fez um relatório especial das consequências desse aumento de 1,5°C. Esse relatório terá um perfil diferente dos anteriores, com ênfase no desenvolvimento sustentável, de que ações do ponto de vista do desenvolvimento social (redução de pobreza, desigualdade), econômico e ambiental, poderão ser feitas. Destacou como é importante trazer a discussão da parte social, de saúde e econômica para dentro do contexto climático e de como todas essas questões estão interligadas e devem caminhar juntas. Destacou a necessidade de se avaliar as ações de reflorestamento, como isso deve ser feito. Ela questionou se as espécies usadas nas ações de reflorestamento são resilientes à mudança do clima. Ressaltou a falta de governança e como isso pode reduzir as chances de sucesso do cumprimento das metas acordadas. Disse ainda que é necessário legislação e políticas estratégicas para atingimento da meta. Para alcançar o cumprimento das metas é necessário investimento na ciência, tecnologia e inovação; integrar todos os ministérios na discussão das ações. Destacou o protagonismo do Brasil na produção de biocombustível (bioetanol) e que o IPCC fará destaque ao Brasil em seu relatório. Frisou que a redução no Brasil deve ser feita, principalmente, nos setores de energia, transporte e processos industriais, pois no setor de uso da terra continuaríamos vulneráveis à mudança do clima.

Após todos falarem sobre seus casos e iniciativas, foi aberto o processo de diálogo. Muitas questões foram levantadas, como:

Alfredo Sirkis apresentou as conclusões dos trabalhos realizados pelas câmaras temáticas do FBMC., que foram elaborados baseadas em alguns critérios: potencial de mitigação, relação com estratégia de longo prazo, impacto social e ambiental, viabilidade política e econômica. Como resultado desse trabalho o FBMC apresentou suas conclusões sob o ponto de vista de dois cenários para a realização da NDC: recomendado e não recomendado.

No cenário não recomendado é representado basicamente por ações no setor de AFOLU. Neste cenário são priorizadas as ações que envolvem muito esforço neste setor, com a meta de redução de 95% do desmatamento. Sendo assim, o estudo levantou a necessidade de diminuir o desmatamento legal, com o uso de instrumentos econômicos como forma de convencimento para que os produtores não desmatassem em suas terras.

No cenário recomendado é representado pela redução de emissões não apenas no setor de AFOLU, mas também nos outros setores, com ênfase em, transporte, agricultura, energia e resíduo. Ressaltou que no setor de agricultura atingir as metas de redução é mais fácil, tendo em vista o envolvimento do setor produtivo/privado.

Além da apresentação desses resultados, o coordenador executivo do FBMC, alertou sobre a discrepância de dados em diferentes documentos produzidos pelo governo e sociedade. Destacou que o Fórum tem aconselhado os tomadores de decisão a priorizar ações de financiamento, que levem em consideração mecanismos de mercado e tributos.

Como mecanismos de mercado ele destacou a importância do MDL, porém afirmou que o MDL não se insere mais no cenário atual. Citou a possibilidade de usar como exemplo, o exercício feito pela FGV e a Plataforma de Empresas pelo Clima (EPC). Nesse exercício

as empresas da plataforma negociarão a venda e compra de créditos de carbono segundo o sistema de *cap-and-trade*, de acordo com dados de emissões de gases-estufa que elas declaram emitir no âmbito do Programa Brasileiro GHG Protocol. Citou também a possibilidade de usar os fundos garantidores, cujo objetivo é captar financiamento para projetos descarbonizantes a taxa de juros baixa.

Quanto aos mecanismos de tributos, apesar de depender muita do contexto político, algumas possibilidades foram apresentadas pelo FBMC: colocar no sistema tributário o critério de intensidade de carbono, compensar no diesel e alterar a CID.

O Fábio Feldmann, concordou com Thelma sobre a falta de governança e levantou a questão de como internalizar em políticas públicas os acordos e metas tratados internacionalmente. Destacou também a falta de núcleo técnico para trabalhar o tema dentro do governo Federal. O que dificulta a implementação da NDC com uma equipe efetiva tão pequena. Sugeriu para Thelma se haveria a possibilidade do IPCC, em seu relatório, escrever um capítulo sobre como é a governança nos diferentes países. Segundo ele, esse capítulo poderia servir como um instrumento norteador para a construção de uma governança climática no país.

Paulo argumentou com a Thelma que as florestas nativas são altamente resilientes, além de estocarem muito carbono. E que a sociedade e o setor produtivo estão engajados no tema.

Segundo Giodínio, os projetos desenvolvidos pelo MMA em diferentes assentamentos estão apresentando bons resultados e enfatizou a necessidade de ampliar e divulgar esses projetos.

Elbia falou sobre a necessidade de reforma do setor energético. Que a matriz energética e elétrica precisa ser diversificada, por diferentes razões: segurança energética, competitividade, socioeconômicas e socioambientais. Ressaltou a importância de uma energia elétrica mais renovável e da contratação de energia por atributo (considerando todas as externalidades do processo de geração). Além disso, levar em consideração na tomada de decisão os fatores socioeconômicos das diferentes matrizes de energia renovável.

A Sueli complementou sua fala anterior dizendo que o planejamento do sistema de conversão de multas está em consonância com os compromissos do Brasil na UNFCCC. E que em breve o SIMAF-LOR estará disponível para todos, com informação sobre a origem das madeiras.

Ao final deste diálogo, o embaixador José Antônio, o secretário Thiago Mendes e o secretário executivo do MMA Romeu Mendes, agradeceram a presença de todos e ressaltaram a importância de se olhar em conjunto. Thiago ainda falou sobre a possibilidade de fazer novos diálogos de Talanoa para diferentes setores.

